

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA: A QUESTÃO DOS (AS) NEGROS (AS)

Ana Beatriz Sousa Gomes
Professora do CCE/UFPI

RESUMO

Neste artigo discutimos acerca de alguns elementos constitutivos da problemática das práticas pedagógicas em relação aos alunos negros, apresentando posições de pesquisadores, resultados de estudos e reflexões sobre nossa vivência como educadora, dentro da seguinte ordem: A História da Educação do Negro no Brasil, A Política Educacional Brasileira, O Multiculturalismo na educação e A Prática Pedagógica Curricular dos Professores. O propósito dessa abordagem é mencionar como o problema da exclusão/inclusão dos grupos oprimidos, especialmente o grupo negro, na educação escolar, está sendo considerado em teorias e propostas educacionais contemporâneas e como ele se apresenta ainda de forma acentuada nas escolas. Acreditamos que a escola brasileira deve ser entendida como espaço de processos ricos de manifestações culturais, respeitando as diferenças individuais, vinculando as propostas educacionais às condições sociais e raciais dos alunos.

Palavras-chave

1)Práticas Pedagógicas 2) Educação Escolar 3)Alunos negros

ABSTRACT

In this article we discussed concerning some constituent elements of the problem of the pedagogic practices in relation to the black students, presenting researchers' positions, results of studies and reflections on our existence as educator, inside of the following order: The History of the Black's Education in Brazil, The Brazilian Educational Politics, Multiculturalismo in the education and The Pedagogic Practice Curricular of the Teachers. The purpose of that approach is to mention as the problem of the exclusion and inclusion of the oppressed groups, especially the black group, in school education, it is being considered in theories and proposed educational contemporary and like it still comes in way accentuated at the schools. We believed that the Brazilian school should be understood as space of rich processes of cultural manifestations, respecting the individual differences, linking the educational proposals to the students' social and racial conditions.

Key-words

1)Pedagogic Practices 2)School Education 3)Black Students

1.INTRODUÇÃO

Entendemos que não existe um consenso definidor de educação e pedagogia, porque depende do contexto social, cultural, político e econômico em que estão inseridos. De modo geral, podemos dizer que a educação é uma prática dinâmica de formação de cidadãos e a pedagogia teoriza essa prática.

Entretanto, poderíamos postular que a educação escolar também é um processo que exclui e discrimina. De que educação escolar estamos falando? A quem a educação escolar discrimina? Baseados em que formulamos esse conceito de educação?

Quando mencionamos que a educação escolar também exclui, estamos nos referindo às práticas pedagógicas curriculares excludentes, ou seja, da dissociação existente em muitas escolas, entre ensino e realidade social dos educandos pertencentes aos grupos oprimidos, às minorias sociais, como os negros, índios, portadores de deficiências físicas, entre outros. Isto, tomando como base alguns estudos como os de Gonçalves (1985), Figueira

(1990) e Silva, A. C. (1995) Gomes (2000a), Boakari (1994, 1999) Cunha Júnior (1996, 1998) e demais estudiosos que vêm se dedicando a essa problemática.

No entanto, a educação, seja ela formal ou não formal poderia ser um processo de aquisição de conhecimentos com o objetivo de formar cidadãos por intermédio da valorização do saber já elaborado dos indivíduos e todas as variáveis apresentadas por ele, do seu contexto vivido, ou seja, sua classe social, gênero, raça e valores culturais. Poderia, também, contribuir para o desenvolvimento do país, combatendo as desigualdades sociais geradas pela discriminação das minorias sociais.

Desta forma, a educação escolar sendo um processo de cultivo ou de cultura, há de ser sempre algo em permanente mudança e reconstrução à exigir, por conseguinte, sempre novas descrições, análises novas e novos tratamentos sem características organizacionais para a finalidade seletiva, e nem menosprezo às diferenças individuais para eliminar os considerados "incapazes", "reprovados", "repentes", ou "excluídos".

Por isso, a educação escolar necessita de alguns suportes teóricos e metodológicos que embasem esta prática, trabalhando com os aspectos conjunturais da realidade cotidiana dos educandos.

Assim, concordamos com Libâneo (1998, p.97), quando diz que “pedagogia é a teoria e prática da educação e, portanto, seu objeto é a educabilidade do ser humano, ou melhor, o ser humano a ser educado”.

Este processo contínuo de educabilidade do ser humano, acontece sobretudo na escola. Entendemos a escola como uma instituição social, construída por sujeitos sócio-culturais, compreendida como espaço da diversidade para a formação de cidadãos onde as práticas pedagógicas curriculares têm um papel fundamental para essa formação.

Apesar dos avanços em várias áreas do conhecimento, como por exemplo, na área da informática, com uma tecnologia que se moderniza a cada dia, facilitando avanço da ciência, através de pesquisas e assim a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ainda hoje encontramos algumas mazelas do passado, como por exemplo um ensino alheio a realidade da maioria da população menos favorecida. Para que possamos entender melhor a situação em que a educação escolar se encontra na atualidade é necessário um pequeno recorte tratando sobre a história da educação do negro no Brasil.

2 - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

A História da Educação nos revela que o pensamento pedagógico brasileiro do passado ainda está presente na teoria e na prática da educação escolar da atualidade.

Foi o modelo de família patriarcal que influenciou a importação de idéias dominantes da cultura medieval européia, feita por intermédio do trabalho educativo dos jesuítas. A classe dominante branca, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais

importados da Europa.

Para Veiga (1994, p. 40), “o plano de instrução no Brasil era consubstanciado na proposta pedagógica, *Ratio Studiorum*, trazida da Europa que dominou o país até a expulsão dos jesuítas por Pombal em 1759”. Os pressupostos didáticos diluídos na *Ratio* se caracterizavam pela ação pedagógica, marcada pelas formas dogmáticas do pensamento, contra o pensamento crítico. Enfocavam instrumentos e regras metodológicas compreendendo o estudo privado, alma do processo ensino-aprendizagem em que o mestre prescrevia o método de estudo, a matéria e o horário. As aulas eram ministradas de forma expositiva. Os alunos prestavam contas de suas lições oralmente, corrigiam os exercícios e repetiam o que já fora exposto pelo professor. A avaliação do processo de aprendizagem enfatizava tanto a virtude do aluno quanto o seu grau de aproveitamento. Os exames eram orais e escritos. O ensino era completamente alheio à realidade vivida da colônia. A educação foi conduzida por uma pedagogia de dominação, uma vez que os colégios e seminários jesuítas foram desde o início, pólo de transmissão da ideologia dominante e excludente dos colonizadores. Os objetivos eram fundamentalmente, supervalorizar a cultura européia – católica, marginalizar outras culturas, e assim excluir os diferentes de toda maneira possível.

Ao encerrar suas atividades em 1759, a Companhia de Jesus tinha na colônia “25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever” (Azevedo, 1963, p. 539). Esse fato demonstra que a Companhia de Jesus deixou raízes e sementes que possibilitaram que os frutos se perpetuassem até os dias atuais.

Tobias (1986, p. 101), quando se refere a educação do negro no Brasil destaca que se já nos tempos dos Jesuítas, os negros não recebiam nenhuma espécie de educação formal, pois o argumento geral é que eles tinham sido trazidos da África para trabalhar e não para estudar, com maior razão, nada poderiam receber de uma filosofia de educação, caracterizada por ser eminentemente aristocrática e por ministrar uma educação somente aos que se destinavam a seguir universidade, na maioria

das vezes do outro lado do Atlântico. É o que explicitamente se constata através das autoridades e de seus testemunhos nas diversas províncias, como na de Alagoas, Rio de Janeiro, e Minas Gerais. Na Província do Rio Grande do Sul, já em 1837, a lei taxativamente prescrevia “São proibidas de frequentar as escolas públicas: 1º - as pessoas que padecem de moléstias contagiosas, 2º - os escravos e pretos ainda que livres ou libertos”.

Nesse tempo, a educação escolar ainda permanece com uma atuação irregular, fragmentária e quase nunca com resultados satisfatórios. O modelo brasileiro majoritariamente agrário não favorece a demanda da educação, que não é vista como meta prioritária em face da grande população rural analfabeta composta sobretudo por escravos.

No final do Império com a reforma de 1879, institui-se a liberdade de ensino, de frequência, de credo religioso, a criação de escolas normais e o fim da proibição de matrículas de escravos negros.

Os objetivos práticos da ação jesuítica no Brasil era o recrutamento de fiéis e servidores. Esse modelo educacional não contribuiu para modificações estruturais na vida social e econômica da colônia, assumiu papel de agente colonizador. Toda a história da educação no Brasil tem herança da prática pedagógica constituída pela pedagogia Jesuítica. Estes preceitos educacionais foram responsáveis pelo ensino no nosso país, por mais de duzentos anos.

Apesar da grande influência da Educação Jesuítica, provocando um ensino excludente e elitizado, o Governo Federal através da Política Educacional com várias Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, menciona alguns aspectos que remetem a necessidade do processo de educação escolar contemplar a diversidade racial, sócio-econômica e cultural existente em nossa sociedade.

3 - A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Ao tratarmos das iniciativas do Governo, queremos enfatizar que a prática pedagógica curricular

há algum tempo está sendo um dos focos de atenção da Política Educacional Brasileira.

A Lei 4.024/61 reconheceu a necessidade de um trabalho para contemplar as diferenças de raça, credo e de classe social existentes nas escolas. Como evidencia o artigo 1º, que trata dos fins da educação:

Art. 1º - A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por fim:
(omissis)

g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

O Parecer do Conselho Federal de Educação (C.F.E.) n.º 8.712/71 correspondente à Doutrina do Currículo na Lei 5.692/71, textua:

Art. 4.º - Os Currículos de ensino de primeiro e segundo graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, ‘as peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e as diferenças individuais dos alunos.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a propósito, consigna:

Art. 26. – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Ao exame desses textos das Leis, verificamos a importância dada às peculiaridades locais e às diferenças individuais como reconhecimento da necessidade de relacionarmos o currículo escolar às necessidades e realidades dos alunos.

As “diferenças individuais” e as “características da clientela”, constituem um conjunto de fatores que incluem, por exemplo, o padrão de cultura, origem racial, social, condição física e intelectual dos

alunos exercendo poderosa influência sobre processos relevantes ao rendimento escolar, tais como: desenvolvimento cognitivo e motor, auto-estima, motivação para o processo de ensino e aprendizagem e autocontrole.

Ao analisarmos a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, notamos uma postura compromissada com a liberdade, confiança e autonomia, como reconhecimento de que a escola precisa de flexibilidade, através dos planejamentos de ensino, considerando a formação do indivíduo, a sua realidade vivida, necessitando da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais do contexto dos educandos. Desse modo, a LDB reafirma o princípio da Base Nacional Comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal (1988):

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Dentro dessa perspectiva, o Ministério da Educação e Desporto (MEC) propôs em 1997, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, algumas alternativas de trabalho, principalmente para os professores que visam abordar temas de relevância social, entre eles, o tema pluralidade cultural para permear as disciplinas curriculares valorizando as peculiaridades de cada grupo racial e cultural formadores de nossa sociedade.

No documento sobre Pluralidade Cultural, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) constatamos a seguinte consideração:

Freqüentemente, contudo as escolas acabam repercutindo, sem qualquer reflexão, as contradições que a habitam. A escola no Brasil, durante muito tempo e até hoje, disseminou preconceito de formas diversas. Conteúdos indevidos e até errados, notadamente presentes em livros que têm sofrido críticas fundamentadas, constituem assunto que merece constante atenção... Amparada pelo consenso daquilo que se impôs como se fosse verdadeiro, o chamado critica-

mente, "mito da democracia racial", a escola muitas vezes silencia diante de situações que fazem seus alunos alvo de discriminação, transformando-se facilmente em espaço de consolidação de estigma (p. 24).

Apesar de percebermos o reconhecimento da política educacional brasileira de todo o preconceito racial e o racismo que é perpetuado pelo Sistema Educacional e de como, através das Leis, Planos e Parâmetros encontramos "brechas" para trabalharmos essas questões, por que será que não temos resultados menos alarmantes, quando analisamos as relações sociais na maioria das escolas?

Acreditamos que essas questões são complexas para serem resolvidas, porque as Leis, Planos e Parâmetros não mudam a cultura das pessoas. Não é a existência de Leis Educacionais que fará com que as pessoas mudem sua maneira de viver. Se isto resolvesse, muitos problemas educacionais há muito tempo já teriam sido resolvidos e não teríamos tanto analfabetismo, evasão e repetência nas nossas escolas brasileiras, principalmente, nas escolas públicas.

Ao tratarmos dessas iniciativas do Governo, queremos ressaltar que o mais importante não é a existência de Leis, o que importa, realmente, são as vontades coletivas, principalmente dos profissionais da educação, para a realização de um trabalho sintonizado com as experiências de vida dos educandos nas escolas.

E o que acontece nas escolas? O que será que dificulta a implementação de propostas educacionais que visam um ensino de qualidade?

Para entendermos melhor o contexto das escolas onde se insere a prática pedagógica, enfocaremos a seguir sobre o Multiculturalismo na educação que é uma proposta voltada para atender a diversidade racial, social, cultural, de gênero existente nas escolas.

4 - O MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO

O multiculturalismo nasceu de protestos sociais na Europa e Estados Unidos nos anos 60. É

um movimento internacional que existe em vários países do mundo.

De acordo com Banks (1997, p. 03), o multiculturalismo na educação é no mínimo três coisas: uma idéia ou concepção; um movimento de reforma educacional e um processo.

A educação multicultural incorpora a idéia de que todos os estudantes, independente de seu gênero, classe social e suas características raciais ou culturais, devem ter uma oportunidade igual para aprender na escola.

O multiculturalismo como reforma educacional, precisa transformar ou reconstruir os relacionamentos de poder, a interação verbal entre os professores e alunos, a cultura da escola, o currículo, atividades extracurriculares, o programa de testes e práticas grupais, as normas institucionais e as estruturas sociais.

Como um processo de educação, Banks (1997), acredita que o multiculturalismo nunca atingirá completamente suas metas. Racismo, sexismo e discriminação contra pessoas existirão, sendo difícil trabalharmos para eliminarmos esses problemas. Quando o preconceito e discriminação são reduzidos em direção a um grupo, eles são freqüentemente direcionados a outros ou adquirem novas formas, por isso os objetivos da educação multicultural nunca podem ser totalmente alcançados. Por isso, precisamos trabalhar continuamente para incrementar uma educação igualitária para os estudantes.

O racismo, quando é transmitido pelo processo educacional formal, necessita de uma outra força coercitiva para combatê-lo que podem ser as intervenções curriculares e reflexões com a comunidade escolar num processo dinâmico, necessitando de avaliações coletivas.

Entretanto, para Banks (1997), é preciso mudar e reconstruir “muita coisa dentro da escola”. Mas será que é preciso transformar e reconstruir tanto os elementos curriculares básicos?

Acreditamos que, talvez, seja preciso, antes de tudo, trabalhar com a sensibilidade, ensinar com

prazer, tentar entender os objetivos que precisam ser alcançados e fazer com que a comunidade escolar participe do processo de ensino e aprendizagem e que todos sejam co-responsáveis por uma escola democrática.

No entanto, entendemos também que a questão é política. Vai muito além dessa postura pacífica. Envolve uma luta de ideais e interesses. Luta de forças pedagógicas. Como mudar?

Assim, numa sociedade democrática, precisamos ter consciência de todas as nuances que envolvem o processo educacional. Necessitamos reclamar, protestar, discutir sobre o que acontece na escola, refletindo sobre a complexa diversidade de identidades raciais e experiências socioculturais.

... Defender o multiculturalismo na educação não é enaltecer a cultura negra para o êxito educacional da criança negra, em detrimento das outras culturas como a branca-européia. Pelo contrário, é conhecendo o diferente que posso respeitar, entender e, principalmente, conviver com essa diferença... O Brasil é um país rico por sua diversidade cultural, conhecê-la é o nosso direito, estudá-la, um dever (Andrade, 1997, p. 194).

Portanto, devemos entender e trabalhar as instituições escolares como espaços de processos ricos de manifestações culturais e vivências, vinculando as propostas educacionais com experiências sociais onde acontecem encontros, como afirmação de identidades, culturas e desencontros como preconceito, discriminação e violência, para que possamos combater as desigualdades sociais. Para que isso aconteça, a prática pedagógica curricular, tem um papel fundamental. É sobre esta prática e seus elementos constitutivos que trataremos a seguir.

5 - A PRÁTICA PEDAGÓGICA CURRICULAR DOS PROFESSORES

A prática pedagógica dos professores é um dos elementos básicos do currículo, assim também como o aluno, os objetivos, os conteúdos didáticos, a metodologia, avaliação da prática educativa e a relação professor-aluno.

Neste estudo, definimos prática pedagógica como faz Cunha (1989, p.105), “como sendo a des-

crição do cotidiano do professor na preparação e execução de seu ensino”, ou seja, são as atividades realizadas pelo professor em relação ao processo ensino-aprendizagem. Fazem parte desse contexto também, as relações sociais estabelecidas na escola, o material didático utilizado, a avaliação dos alunos, como o planejamento de ensino é realizado enfim, são as intenções que o professor idealiza e o que ele realiza no dia-a-dia.

É também o que evidencia Veiga (1994, p. 16), que entende a prática pedagógica como uma “prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. Sendo uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática, é essencialmente o dever dos educadores, buscar condições necessárias para a sua realização”.

“A prática pedagógica é, na verdade, atividade teórico-prática, ou seja, formalmente tem um lado ideal, teórico, idealizado enquanto formula anseios onde está presente a subjetividade humana, e um lado real, material, propriamente prático, objetivo” (Veiga, 1994, p. 17).

O lado teórico da prática pedagógica se constitui de um conjunto de idéias representadas pelas teorias pedagógicas, organizado de acordo com a prática realizada dentro das condições concretas de vida e de trabalho. A teoria pedagógica tem como objetivo, modificar idealmente, e não realmente, a matéria prima.

O lado objetivo da prática pedagógica é formado pelo conjunto de meios, o modo pelo qual as teorias pedagógicas são exercidas pelo professor. O que a distingue da teoria é o caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre a qual ela atua, dos meios ou instrumentos com que exerce a ação, e de seu resultado ou produto. Sua finalidade é a transformação real, objetiva, satisfazendo determinada necessidade humana.

Veiga (1994, p. 17) (que apresenta boa parte das idéias baseada na obra de Vasquez (1977)), diz ainda que:

... a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes

sociais que a circundam. A teoria e a prática não existem isoladas, uma não existe sem a outra, mas encontram-se em indissolúvel unidade... Quando a prioridade é colocada na teoria cai-se na posição idealista. O inverso também gera distorções, pois uma prática sem teoria não sabe o que pratica, propiciando o ativismo, o praticismo ou utilitarismo.

Candau e Lelis (1983), estabeleceram esquemas para agrupar a relação entre teoria e prática, a partir de duas visões: a dicotômica e a de unidade.

A primeira, do confronto entre teoria e prática, permite três colocações: há separação, ou seja, há predominância de uma em relação à outra; em uma forma mais radical, em que teoria e prática são componentes opostos e isolados; já na associativa, teoria e prática são pólos separados mas não opostos. Na verdade estão justapostos. A visão de unidade está centrada na unidade indissolúvel, assegurada pela relação simultânea e recíproca, de autonomia e dependência de uma em relação com a outra (Candau e Lelis, 1983, p.14).

Portanto, para Veiga (1994, p.18) as formas de conhecer a relação entre teoria e prática, permitem distinguir duas perspectivas de prática pedagógica: a Repetitiva e Acrítica, ligada à visão dicotômica e a Reflexiva e Crítica, relacionada a visão de unidade.

5.1 - Prática Pedagógica Repetitiva

Essa prática separa sujeito e objeto, e teoria e prática. O conteúdo trabalhado obedece a normas, o real ao ideal e o particular e concreto ao universal e abstrato.

Em decorrência disso, não existe flexibilidade e criatividade no ato de educar. Apenas prevalece o interesse em ampliar o que já foi criado usando a repetição tanto do processo quanto do produto.

A Prática Pedagógica Repetitiva faz com que o professor não reconheça e nem tenha consciência de nenhum sentido social em suas atividades didáticas, coloca-se alheio ao processo ensino – aprendizagem, assumindo uma postura meramente técnica, mecanizada, burocrática e executora, em detrimento de uma postura crítica dos aspectos só-

cio-políticos da educação.

Com os pressupostos totalmente contrários à Prática Pedagógica Repetitiva, temos a Prática Pedagógica Reflexiva.

5.2 - Prática Pedagógica Reflexiva

Essa prática caracteriza-se pela unidade entre teoria e prática (entre o que o professor sabe e pensa e o que ele faz), tendo como eixo definidor de suas ações a consciência e a prática social. Existe uma flexibilidade e criatividade nas ações didáticas, procurando compreender a realidade sobre a qual vai trabalhar. Procura produzir um novo ser humano, uma nova sociedade, com uma nova visão de mundo.

A Prática Pedagógica Reflexiva é um processo de trabalho a ser realizado pelo professor e pelo aluno orientando-se por objetivos comuns. Acontece em torno da consciência por parte do professor da importância social de seu trabalho e criticidade de sua prática pedagógica, buscando superar o autoritarismo e procurando exercer uma ação recíproca entre educador e educando.

A Prática Pedagógica reflexiva pressupõe, portanto: o vínculo da unidade indissolúvel entre teoria e prática, entre finalidade e ação, entre o saber e o fazer, entre concepção e execução; acentuada presença da consciência; ação recíproca entre professor, aluno e a realidade; uma atividade criadora (em oposição à atividade mecânica, repetitiva e burocratizada); um momento de análise e crítica da situação e um momento de superação e de proposta de ação. (Veiga, 1994, p.21-22)

Ao nos referirmos a Prática Pedagógica Repetitiva e a Prática Pedagógica Reflexiva, percebemos a importância do currículo dos cursos de formação de professores e do trabalho dos supervisores das escolas, que precisam discutir vários aspectos da realidade concreta, para que possamos entender que as diferenças raciais e culturais formam a diversidade, ou seja representam riquezas de experiências e de vidas.

Percebemos que muitas vezes os cursos de formação de professores e Supervisores orientam esses profissionais para trabalharem numa realidade

de considerada homogênea e ideal. O professor e o supervisor, quando se deparam com a realidade heterogênea da escola, se não utilizarem a sensibilidade, a reflexão e a busca de aprimoramento da sua prática, se sentirão incapazes e trabalharão numa perspectiva estática e ineficaz.

A maior parte dos profissionais da educação não reconhece a reprodução e a produção de atitudes preconceituosas. Mas, estudos como os de Figueira (1990) e Silva A. C. (1995) apontam condutas que demonstram a falta de neutralidade do sistema educacional. Esses estudos mostram a existência de mecanismos presentes no Sistema Educacional que tendem a confinar os negros na base da hierarquia social, ou se têm a seguinte situação:

...os professores alegam pouco preparo para abordar questões que tratam de discriminação, preconceito, diferenças culturais, em sala de aula. Uma pesquisa efetuada com docentes da área de História, Estudos Sociais, mostrou que a falta de formação e informação é apontada como um dos principais obstáculos para abordar esses temas (Pinto, 1993, p. 44).

Por outro lado, as manifestações de racismo que afloram no sistema educacional, podem também ser causadas pelas formas como são trabalhados o planejamento de ensino e a avaliação.

De acordo com a nossa observação, geralmente, nas escolas, o planejamento quando é feito, desconsidera a escola como um projeto coletivo e compartilhado de trabalho (Gomes 1999) não relaciona a realidade dos alunos e os conteúdos que deveriam ser explorados. Nos planos de curso das disciplinas, grande parte dos professores e supervisores preocupam-se somente com o cumprimento da carga-horária, não considerando relevante os objetivos à serem atingidos e nem realizam uma verdadeira avaliação, pois não existe, em boa parte das escolas, uma recuperação paralela voltada para os conteúdos que os alunos sentem maior dificuldade em aprender e os professores de ensinar, ou seja, os alunos são somente rotulados e não avaliados.

A maioria dos conteúdos de ensino são extraídos dos livros didáticos sem nenhum

questionamento por parte de professores e supervisores e são inúmeras as formas de discriminação transmitidas pelos livros didáticos. Isto acontece porque para muitos profissionais, o livro didático não é um recurso e sim um roteiro.

No entanto, se o professor é consciente e sensível, apesar de sua formação, consegue superar os problemas com muita persistência e força de vontade, fazendo de cada dia de trabalho um aprendizado constante, necessitando de uma avaliação contínua em busca de uma prática pedagógica mais eficaz, juntamente com a comunidade escolar.

Diante dessa realidade, são necessários estudos e intervenções pedagógicas que discutam as práticas pedagógicas e as matérias curriculares diárias dos alunos, como forma de descentralizar a cultura eurocêntrica que é bastante acentuada nos conteúdos de ensino e valorizar os grupos oprimidos e negados, principalmente nas escolas públicas onde o contingente de alunos negros é maior.

A esse respeito Santomé, diz que:

É preciso diminuir essa distância mediante uma discriminação positiva mediante uma intensificação da ajuda àquelas crianças que se, agora, mostram "déficits" culturais ou "atrasos" importantes isso não se deve à sua idiossincrasia genética, mas ao fato de que lhes faltaram oportunidades para desenvolver aquelas destrezas e conhecimentos que a instituição escolar exige e valoriza. Isso obriga a incorporar como conteúdos do currículo a história e a cultura das minorias oprimidas e/ou sem poder (1995, p. 170).

Essa postura diante da realidade das escolas reflete-se nas relações sociais, no planejamento de ensino, na metodologia das aulas e na utilização do material didático.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a tarefa de ensinar é uma tarefa profissional que no entanto, exige amorosidade, sensibilidade, criatividade e competência científica. Não é pretensão deste texto afirmar que tipo de prática pedagógica é ideal para a realidade dos alunos negros, pois somente o professor juntamente com os alunos poderão traçar o

perfil do trabalho a ser realizado na sala de aula.

No entanto, as inferências aqui conduzidas parecem ser um dos caminhos que podem ser trilhados na busca de uma prática mais prazerosa, pois o processo de aprendizagem pode ser mais vivo e criativo, quando fazem sentido nas nossas vidas, quando nos sentimos presentes de forma construtiva nas discussões e interações em sala de aula, sem discriminações nas avaliações e no material didático utilizado, porque se as intervenções na sala de aula não funcionam com os alunos negros, se os livros e materiais didáticos não são adequados para eles, e se, as atividades planejadas não os motivam, é preciso modificá-las, inventar novas metodologias, experimentar, assumir o risco de errar e dispor-se a corrigir.

Entendemos que o Brasil é um país pluricultural, por isso é necessário que seja também abordado nas escolas aspectos relacionados a história, a cultura, a realidade contemporânea dos grupos formadores da sociedade brasileira, como os negros, índios e os brancos.

A ausência do estudo de aspectos da raça negra nos currículos escolares, concorre para a falta de identificação racial e cultural e consequentemente, para a inferiorização do povo negro e de seus descendentes no nosso país.

Além disso, o preconceito racial e o racismo, acarretam problemas escolares como: rejeição de colegas da escola e de professores, baixa autoestima dos alunos negros, evasão e repetência escolar, dentre outros, que podem afetar a formação educacional e escolar da sociedade e de modo particular da população negra.

A Pedagogia Interétnica (Gomes, 2000b) está comprometida com uma educação voltada para a diversidade racial, cultural e social existente na sociedade, sobretudo nas escolas.

De acordo com o resultado de estudo desenvolvido (Gomes, 2000a), e os trabalhos desenvolvidos através do IFARADÁ, entendemos serem

necessárias intervenções pedagógicas junto aos profissionais das escolas e um acompanhamento aos alunos, de maneira geral, para que as escolas possam atender às diferenças individuais.

Percebemos uma abertura por parte dos profissionais da educação, sobretudo, de professores, demonstrando sensibilidade a mudanças principalmente vindas de assessorias de especialistas externos porque o ambiente das escolas parece estar impregnado da ideologia tradicional. Entendemos que os instrumentos e as técnicas não estão nas Leis, nos livros e nem nos projetos educacionais mas, dentro do próprio professor, na sua sensibilidade e vontade. Os docentes parecem ser carentes de algo novo que possa abrihantar o trabalho com os seus próprios recursos, ou seja, uma postura adquirida ou readquirida a partir da reflexão, tendo como fonte principal a leitura, o estudo.

Portanto, há necessidades de mudanças. Nos discursos das pessoas e nos documentos, as mudanças acontecem. Mas, na prática as alterações não se evidenciam. E poderão ocorrer, a partir da constituição de uma política educacional que priorize a educação escolar de modo que promova a qualificação profissional contínua. Nesta qualificação, não se desenvolver ações reflexivas que envolvam a prática pedagógica, possibilitando a esses profissionais a ampliação, a atualização e o aprofundamento de seus conhecimentos para que possam se transformar numa presença viva, alegre e atuante no processo educacional, valorizando a realidade dos educandos.

Assim, concluímos que a prática pedagógica é um processo que envolve um contexto mais amplo de ações, onde estão incluídos o Governo, a comunidade escolar, os pesquisadores, enfim, a sociedade como um todo.

7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Elaine Nunes de. Do movimento negro juvenil a uma proposta multicultural de ensino: reflexões. *Educação e os Afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. Coleção Novos Toques – Programa A cor da Bahia. Envelope & Cia. Salvador, 1997.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da Cultura no Brasil*. 4ª ed. Rev. e ampl., Brasília, Ed. UNB, 1963.
- BANKS, James A. & BANKS, Cherry A. McGee. *Multicultural education: issues and perspectives*. Allyn & Bacon, Boston. 3ª ed. 1997.
- BOAKARI, Francis Musa. As crianças negras e a socialização que produz o fracasso escolar. ANPED. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. *GT. Sociologia da Educação*. Porto Alegre, 1994.
- _____. Uma Pedagogia Interétnica para a Educação Brasileira; para não dizer que não tive sonhos realizáveis. *Linguagens, Educação e Sociedade – Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal do Piauí. N. 4 – Teresina: EDUFPI, 1999.
- BRASIL. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Brasília-DF, 1961.
- _____. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Brasília-DF, 1971.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Congresso Nacional. 1998.
- _____. *Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Ministério da Educação e do Desporto (MEC), Brasília-DF, 1996.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental, *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CANDAU, Vera Maria & LELIS, Isabel A. “A relação teoria-prática na formação do professor”. In *Revista Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, (55): 12-18, nov.-dez. 1983.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. *Africanidades Brasileiras e Pedagogias Interétnicas*. Revista Gibale. Aracaju, nº 2, p. 16-19, 1996

_____. Afrodescendência, Pluriculturalismo e Educação. In *Pluralidade Cultural – A Diversidade na Educação Democrática – Pátio Revista Pedagógica nº06*. Editora Artes Médicas. Porto Alegre, RS, agosto-outubro de 1998.

CUNHA, Maria Isabel da. *O Bom Professor e sua prática*. Campinas, SP: Papyrus, 1989. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)

FIGUEIRA, Vera Moreira. "O preconceito racial na escola". *Estudos afro-asiáticos*, (18), 1990. pp. 63-91.

GOMES, Ana Beatriz Sousa. A Escola como Projeto Coletivo e Compartilhado de trabalho. *Linguagens, Educação e Sociedade – Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal do Piauí. N. 4 – Teresina: EDUFPI, 1999.

_____. *A Prática Pedagógica Curricular e os alunos negros: um estudo de caso numa escola pública em Teresina, Piauí*. Teresina – PI. UFPI. 2000a. (Dissertação de Mestrado).

_____. O Movimento Negro e a Pedagogia Interétnica. *Linguagens, Educação e Sociedade – Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal do Piauí. N. 5 – Teresina: EDUFPI, 2000b.

GONÇALVES, Luís Alberto de Oliveira. *O silêncio: um ritual pedagógico à favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeira à quarta série*. Belo Horizonte, UFMG, 1985. Dissertação de Mestrado em Educação.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública – A Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos*, Loyola, 1998.

PINTO, Regina Pahim Multiculturalidade e Educação de Negros. *Cadernos Cedes*, São Paulo, Papyrus, nº32, p.35-48, 1993.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas Negadas e Silenciadas no Currículo In SILVA, Tomas Tadeu da. (org.). *Alienígenas na sala de aula - uma introdução aos Estudos Culturais em Educação*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do Negro no livro didático*. Salvador, CEAQ, CED, 1995.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. 3ª ed. São Paulo. IBRASA, 1986.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Filosofia da Práxis*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A prática pedagógica do professor de didática*. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.